

## CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM NATAL

## Termo de Referência 38/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
38/2026	783810-CENTRO DE INTENDENCIA DA MARINHA EM NATAL	JEAN HENRY DA SILVA MARTINS	26/05/2026 08:15 (v 0.7)
Status	CONCLUIDO		

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		63170010311202510

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Registro de preços para eventual aquisição de boias de sinalização náutica, lanternas de sinalização náutica, materiais de fundeio e componentes associados, incluindo baterias, tintas, fosfatizante, ânodos de sacrifício e demais insumos necessários ao fundeio, operação, manutenção, reposição e restabelecimento dos Auxílios à Navegação, destinados ao atendimento das demandas do Serviço de Sinalização Náutica do Nordeste (SSN-3) e das Organizações Militares subordinadas ao Comando do 3º Distrito Naval (Com3ºDN), conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas no Instrumento Convocatório e seus anexos.

A presente contratação tem por finalidade assegurar a continuidade operacional do sistema de sinalização náutica, possibilitando a execução de manutenções preventivas e corretivas, a reposição de equipamentos danificados, extraviados ou ao final de sua vida útil, bem como a formação e recomposição de estoque estratégico, visando garantir a pronta resposta às demandas operacionais, especialmente aquelas decorrentes de intempéries, vandalismo, abalroamentos e demais eventos que comprometam a disponibilidade dos Auxílios à Navegação.

A aquisição dos referidos materiais contribuirá diretamente para a manutenção da confiabilidade do sistema de balizamento, para a segurança da navegação e para a salvaguarda da vida humana no mar, assegurando a manutenção do Índice de Eficácia (IE) em níveis iguais ou superiores ao mínimo recomendado pela International Association of Marine Aids to Navigation and Lighthouse Authorities (IALA).

A adoção do Sistema de Registro de Preços justifica-se pela natureza variável, imprevisível e não contínua da demanda, permitindo aquisições parceladas ao longo da vigência da ata, de acordo com as necessidades operacionais do SSN-3, evitando descontinuidade dos serviços e promovendo maior eficiência na gestão logística dos materiais.

As especificações técnicas detalhadas dos itens encontram-se descritas no Apêndice B - Especificações Técnicas, que integra este Termo de Referência para todos os fins, estabelecendo os requisitos mínimos obrigatórios para aceitação dos materiais.

Os materiais fornecidos deverão atender integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e serão submetidos à verificação no momento do recebimento, podendo ser rejeitados, no todo ou em parte, aqueles que estiverem em desacordo com as especificações, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

O objeto da contratação encontra-se integralmente alinhado com a solução definida no Estudo Técnico Preliminar (ETP), especialmente no que se refere às especificações técnicas, quantitativos estimados e justificativas de contratação, não havendo divergências que comprometam a adequada compreensão e execução do objeto.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UF	QTD	REQ MIN	VLR UNIT	VLR TOTAL
1	<p>Boias de Sinalização Náutica luminosa, tipo BL-1, fabricadas em polietileno, pigmentadas na cor específica, obedecendo o anexo “B” da NORMAM-601/DHN, aditivada contra raios ultravioleta, sujeitas às constantes variações de maré, vento e intemperismo e com a coloração da estrutura incorporada a resina, de acordo com as Normas em vigor, terão as seguintes caraterísticas principais:</p> <p>a) Diâmetro do bojo (corpo flutuante): entre 1,75 m e 1,90m com espessura mínima de 7,0mm;</p> <p>b) Altura focal: mínima de 2,50m;</p> <p>c)Altura total: máxima de 7,25m;</p> <p>d) Altura submersa mínima: 1,25m;</p> <p>e) Peso máximo (Corpo + contrapeso): 1.200 kg;</p> <p>f) Marca de tope revestida ou não com polietileno, com formato e cor de acordo com pedido do SSN-3;</p> <p>g) Refletor radar embutido no mangrulho ou marca de tope;</p> <p>h) Seu corpo flutuante deverá ter um preenchido de 2/3 do seu corpo com espuma poliuretano e possuir dois olhais de içamento;</p> <p>i) O material utilizado para confeccionar a estrutura central deverá ser de aço de elevada resistência mecânica, com tratamento galvanizado a fogo e proteção catódica por anodo de sacrifício compatíveis com as dimensões e a vida útil estimada para cada boia; e</p> <p>j) Os acessórios tais como: parafusos, porcas, arruelas e os reforços das alças (olhais) das boias, deverão ser confeccionados em aço inoxidável ou outro material de qualidade igual ou superior. A estrutura central, os olhais de ancoragem e olhais de içamento deverão ser estruturalmente interligados, garantindo, desta forma a integridade física das boias de sinalização náutica nos içamento/reboque e mudanças de posicionamento.</p>	628140	UN	9	1	R\$ 59.450,00	R\$ 535.050,00
	Boias de Sinalização Náutica luminosa, tipo BL 2, fabricadas em polietileno, pigmentadas na cor específica, obedecendo os anexo “B” da NORMAM-601/DHN, aditivada contra raios ultravioleta, sujeitas às constantes variações de maré, vento e intemperismo e com a coloração da estrutura incorporada a resina, de acordo						

2	<p>com as Normas em vigor, terão as seguintes características principais:</p> <p>a) Diâmetro do bojo (corpo flutuante): entre 1,35 m e 1,55m, com espessura mínima de 7,0mm;</p> <p>b) Altura focal: mínima de 2,00m;</p> <p>c) Altura total: máxima de 4,65m;</p> <p>d) Altura submersa: mínima de 72cm;</p> <p>e) Peso aproximada (Corpo + contrapeso): até 500 kg;</p> <p>f) Marca de tope, revestida ou não com polietileno, com formato e cor de acordo com pedido do SSN-3;</p> <p>g) Refletor radar embutido no mangrullo ou marca de tope;</p> <p>h) O material utilizado para confeccionar a estrutura central deverá ser de aço de elevada resistência mecânica, com tratamento galvanizado a fogo e proteção catódica por anodo de sacrifício compatíveis com as dimensões e a vida útil estimada para cada boia; e</p> <p>i) Os acessórios tais como: parafusos, porcas, arruelas e os reforços das alças (olhais) das boias, deverão ser confeccionados em aço inoxidável ou outro material de qualidade igual ou superior. A estrutura central, os olhais de ancoragem e olhais de içamento deverão ser estruturalmente interligados, garantindo, desta forma a integridade física das boias de sinalização náutica nos içamento/reboque e mudanças.</p>	628138	UN	8	1	R\$ 34.000,00	R\$ 272.000,00
3	<p>Boias de Sinalização Náutica luminosa, tipo BL 3, fabricadas em polietileno, pigmentadas na cor específica, obedecendo o anexo "B" da NORMAM-601/DHN, aditivada contra raios ultravioleta, sujeitas às constantes variações de maré, vento e intemperismo e com a coloração da estrutura incorporada a resina, de acordo com as Normas em vigor, terão as seguintes características principais:</p> <p>a) Diâmetro do bojo (corpo flutuante): entre 1,00 m e 1,35m, com espessura mínima de 7,0mm;</p> <p>b) Altura focal: mínima de 1,90m;</p> <p>c) Altura total: máxima de 4,00m;</p> <p>d) Altura submersa: mínima de 75cm;</p> <p>e) Peso aproximada (Corpo + contrapeso): até 300 kg;</p> <p>f) Marca de tope, revestida ou não com polietileno, com formato e cor de acordo com pedido do SSN-3;</p> <p>g) Refletor radar embutido no mangrullo ou marca de tope;</p> <p>h) O material utilizado para confeccionar a estrutura central deverá ser de aço de elevada resistência mecânica, com tratamento galvanizado a fogo e proteção catódica por</p>	623032	UN	5	1	R\$ 17.000,00	R\$ 85.000,00

	<p>anodo de sacrifício compatíveis com as dimensões e a vida útil estimada para cada boia; e</p> <p>i) Os acessórios tais como: parafusos, porcas, arruelas e os reforços das alças (olhais) das boias, deverão ser confeccionados em aço inoxidável ou outro material de qualidade igual ou superior. A estrutura central, os olhais de ancoragem e olhais de içamento deverão ser estruturalmente interligados, garantindo, desta forma a integridade física das boias de sinalização náutica nos içamento/reboque e mudanças.</p> <p>Observação: Todas as boias de sinalização supracitadas deverão estar em consonância com as exigências estabelecidas pela IALA, de acordo com a publicação Boias de Plástico G1006 4ª Edição dezembro de 2018. A referente publicação encontra-se no sítio: <a href="http://www.iala-aism.org/productcategory/publications/guidelines">www.iala-aism.org/productcategory/publications/guidelines</a>.</p>						
4	<p>Tinta de poliuretano para pintura de boia com corpo flutuante de polietileno/poliuretano (plástico) rígido de elevada resistência mecânica, química e à abrasão e alta resistência às intempéries, radiação UV, e maresia. (COR À COMBINAR), Lata 900ml ou quantidade superior.</p>	633479	LI	39	2	R\$ 119,87	R\$ 4.674,93
5	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso mínimo de 5MN- T= 0,85 de alta intensidade, autossustentável por meio de painéis solares e baterias VRLA recarregáveis, contida em seu próprio corpo. Provida de iluminação através de LEDs nas cores Branca, encarnada (vermelha), verde e âmbar. Vida útil médias dos LEDs, mínima de 100.000 horas. Grau de proteção mínimo IP67, autonomia mínima de 72 horas sem carga solar e que atenda as 256 características de lampejos pré-programados da IALA. A lanterna deverá possuir controle remoto ou chaveta hexadecimal incluso para programação com manual de instruções para programar os códigos, manual em português e não fazer uso de rede Wi-fi e software para programar as característica luminosas.</p> <p>O Licitante deverá apresentar, Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro, comprovando que o produto ofertado (marca e modelo) atende ao grau de proteção IP67 ou superior, conforme estabelecido na norma ABNT NBR IEC 60529: 2017. Divergência vertical de feixe 10°. Com o</p>	625661	UN	27	2	R\$ 3.703,33	R\$ 99.989,91

	<p>coeficiente de transparência atmosférica (T), adotado para a notação do alcance luminoso de um sinal, em documentos náuticos, é igual a 0,85 de acordo com a NORMAM-601. A Lanterna deverá estar de acordo com a IALA e a NORMAM-601.</p> <p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.</p>						
6	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso de mínimo de 10MN – T= 0,85 de alta intensidade, autossustentável por meio de painéis solares e baterias VRLA recarregáveis contida em seu próprio corpo. Provida de iluminação através de LEDs na cores Branca, encarnada (vermelha), verde e âmbar. Vida útil médias dos LEDs, mínima de 100.000 horas. Grau de proteção mínimo IP67, autonomia mínima de 72 horas sem carga solar e que atenda as 256 características de lampejos pré-programados da IALA. A lanterna deverá possuir controle remoto ou chaveira hexadecimal incluso para programação com manual de instruções para programar os códigos, manual em português e não fazer uso de rede Wi-fi e software para programar as característica luminosas.</p> <p>O Licitante deverá apresentar, Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro, comprovando que o produto ofertado (marca e modelo) atende ao grau de proteção IP67 ou superior, conforme estabelecido na norma ABNT NBR IEC 60529: 2017. Divergência vertical de feixe 10°. Com o coeficiente de transparência atmosférica (T), adotado para a notação do alcance luminoso de um sinal, em documentos náuticos, é igual a 0,85 de acordo com a NORMAM-601. A Lanterna deverá estar de acordo com a IALA e a NORMAM-601.</p> <p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da</p>	625660	UN	22	2	R\$ 7.883,33	R\$ 173.433,26

	Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.						
7	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso de mínimo de 15MN – T=0,85 de alta intensidade, autossustentável por meio de painéis solares e baterias VRLA recarregáveis contida em seu próprio corpo. Provida de iluminação através de LEDs na cores Branca, encarnada (vermelha), verde e âmbar. Vida útil médias dos LEDs, mínima de 100.000 horas. Grau de proteção mínimo IP67, autonomia mínima de 72 horas sem carga solar e que atenda as 256 características de lampejos pré-programados da IALA. A lanterna deverá possuir controle remoto ou chaveira hexadecimal incluso para programação com manual de instruções para programar os códigos, manual em português e não fazer uso de rede Wi-fi e software para programar as característica luminosas.</p> <p>O Licitante deverá apresentar, Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro, comprovando que o produto ofertado (marca e modelo) atende ao grau de proteção IP67 ou superior, conforme estabelecido na norma ABNT NBR IEC 60529: 2017. Divergência vertical de feixe 10°. Com o coeficiente de transparência atmosférica (T), adotado para a notação do alcance luminoso de um sinal, em documentos náuticos, é igual a 0,85 de acordo com a NORMAM-601. A Lanterna deverá estar de acordo com a IALA e a NORMAM-601.</p> <p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.</p>	625659	UN	28	2	R\$ 11.537,50	R\$ 323.050,00
	<p>Lanterna compacta de sinalização náutica com alcance luminoso de mínimo de 20MN – T=0,85 de alta intensidade, autossustentável por meio de painéis solares e baterias VRLA recarregáveis contida em seu próprio corpo. Provida de iluminação através de LEDs na cores Branca, encarnada (vermelha), verde e âmbar. Vida útil médias dos LEDs, mínima de 100.000 horas. Grau de proteção mínimo IP67,</p>						

8	<p>autonomia mínima de 72 horas sem carga solar e que atenda as 256 características de lampejos pré-programados da IALA. A lanterna deverá possuir controle remoto ou chaveira hexadecimal incluso para programação com manual de instruções para programar os códigos, manual em português e não fazer uso de rede Wi-fi e software para programar as característica luminosas.</p> <p>O Licitante deverá apresentar, Certificado de Conformidade emitido por Organismo de Certificação de Produto (OCP) acreditado pelo Inmetro, comprovando que o produto ofertado (marca e modelo) atende ao grau de proteção IP67 ou superior, conforme estabelecido na norma ABNT NBR IEC 60529: 2017. Divergência vertical de feixe 10°. Com o coeficiente de transparência atmosférica (T), adotado para a notação do alcance luminoso de um sinal, em documentos náuticos, é igual a 0,85 de acordo com a NORMAM-601. A Lanterna deverá estar de acordo com a IALA e a NORMAM-601.</p> <p>As especificações técnicas descritas estabelecem requisitos mínimos de desempenho e qualidade, admitindo-se soluções tecnológicas equivalentes ou superiores, desde que comprovadamente atendam às necessidades operacionais da Administração e às normas aplicáveis (IALA e NORMAM-601), vedada a restrição indevida à competitividade.</p>	625658	UN	27	2	R\$ 13.474,98	R\$ 363.824,33
9	<p>Bateria vrla com tensão nominal de 6V, e capacidade de 7,2Ah - - Bateria Recarregável Tipo: Selada Vrla(Reguladas Por Válvulas) , Uso: Nobreak , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 6 V, Capacidade Nominal: 7 AH, Dimensões: 149 X 98 X 32 MM, Componentes Adicionais: Terminal Faston 187</p>	464840	UN	17	2	R\$ 125,06	R\$ 2.126,02
10	<p>Bateria vrla com tensão nominal de 6V, e capacidade de 12Ah - - Bateria Recarregável Tipo: Selada , Aplicação: No Break , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 12 A</p>	378945	UN	19	2	R\$ 247,07	R\$ 4.694,24
11	<p>Bateria vrla com tensão nominal de 12V, e capacidade de 7Ah - - Bateria Recarregável Tipo: Selada Vrla(Reguladas Por Válvulas) , Duração Carga: 20 H, Uso: Nobreak , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Capacidade Nominal: 7 A</p>	465506	UN	13	2	R\$ 151,46	R\$ 1.968,98
	Bateria vrla com tensão nominal de 12V, e						

12	capacidade de 24Ah/26Ah - - Bateria Recarregável Tipo: Selada Vrla(Reguladas Por Válvulas) , Aplicação: Manutenção Hospitalar , Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 V, Características Adicionais: Vaso Em Abs , Capacidade Nominal: 26 AH, Dimensões: (AxLxc) 125 X 175 X 166 MM, Componentes Adicionais: Terminal Faston 187	402438	UN	7	2	R\$ 481,37	R\$ 3.369,59
13	Bateria tipo pilha AA 1.2V/2400 a 2900mAh - - Pilha Recarregavel Tamanho Pilha: Pequena , Modelo: Aa , Aplicação: Equipamentos Eletrônicos , Sistema Eletroquímico: Níquel Metal Hidreto (Ni-Mh) , Capacidade Nominal: 2000 MAH, Tensão Nominal: 1,2	458335	UN	41	2	R\$ 33,88	R\$ 1.389,08
14	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 31,8mm, (1 1/4") acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 20,24Kg; e Carga de ruptura 37.600 Kgf.	604356	UN	51	10	R\$ 984,84	R\$ 50.226,59
15	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 28,6mm, (1 1/8"), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 16,34Kg; e Carga de ruptura 30.600 Kgf.	604356	M	351	30	R\$ 868,17	R\$ 304.725,92
16	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 25,4mm, (1"), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 12,68Kg; e Carga de ruptura 24.400 Kgf.	604356	M	501	50	R\$ 630,00	R\$ 315.630,00
17	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 22,2mm, (7/8 "), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 9,87Kg; e Carga de ruptura 18.300 Kgf.	604356	M	771	50	R\$ 530,00	R\$ 408.630,00
18	Corrente em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica de 19,1mm, (3/4 "), acabamento betuminoso. Peso por metro Aproximado 6,97Kg; e Carga de ruptura 12.700 Kgf.	604356	M	101	50	R\$ 430,00	R\$ 43.430,00
19	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 32mm para corrente de 28,6mm, acabamento betuminoso; e CARGA DE RUPTURA de 30.600Kgf	605866	UN	42	5	R\$ 3.320,67	R\$ 139.467,93
20	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 28mm para corrente de 25,4mm, acabamento betuminoso. e CARGA DE RUPTURA de 24.400Kgf	605866	UN	45	5	R\$ 2.894,00	R\$ 130.230,00
21	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 31mm para corrente de 22,2mm, acabamento betuminoso.	605866	UN	25	5	R\$ 2.560,67	R\$ 64.016,63



	e CARGA DE RUPTURA de 18.300Kgf						
22	Tornel giratório em aço carbono para fundeio de boia de sinalização náutica, 26mm para corrente de 19,1mm, acabamento betuminoso. e CARGA DE RUPTURA de 12.700Kgf	605866	UN	21	5	R\$ 2.001,67	R\$ 42.034,97
23	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 31,8mm (1 1/4"), corpo galvanizado por processo eletrolítico, pino pintado por tinta epoxi vermelha; e Carga de ruptura de 12.000Kgf.	606262	UN	63	10	R\$ 392,00	R\$ 24.696,00
24	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 28,6mm (1 1/8"), corpo galvanizado por processo eletrolítico, pino pintado por tinta epoxi vermelha ; e Carga de ruptura de 9.500Kgf.	606262	UN	31	10	R\$ 335,75	R\$ 10.408,25
25	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 25,4mm (1"), corpo galvanizado a fogo, pino pintado por tinta epoxi vermelha; e Carga de ruptura de 8.500Kgf.	606262	UN	33	10	R\$ 283,25	R\$ 9.347,25
26	Manilha reta Alloy com pino e porca, grau 6, em aço carbono 19,1mm (3/4"), corpo galvanizado a fogo, pino pintado por tinta epoxi vermelha; e Carga de ruptura de 4.750Kgf.	606262	UN	16	5	R\$ 90,00	R\$ 1.440,00
27	Manilha chavetada em aço carbono de 38 a 40mm para corrente de 28,6mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 30.600Kgf.	606262	UN	11	1	R\$ 2.850,00	R\$ 31.350,00
28	Manilha chavetada em aço carbono de 34 a 35,5mm para corrente de 25,4mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 24.400Kgf.	606262	UN	16	2	R\$ 2.210,00	R\$ 35.360,00
29	Manilha chavetada em aço carbono 31mm para corrente de 22,2mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 18.300Kgf.	606262	UN	41	2	R\$ 1.633,34	R\$ 66.966,74
30	Manilha chavetada em aço carbono 26,6mm para corrente de 19mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura de 12.700Kgf.	606262	UN	11	2	R\$ 1.305,84	R\$ 14.364,19
31	Anilho em aço carbono 35mm para corrente de 25,4mm, acabamento betuminoso, para fundeio de boia de sinalização; e Carga de ruptura 24.400Kgf.	439830	UN	47	2	R\$ 973,75	R\$ 45.766,25
32	Anodo de sacrifício fundido de liga de zinco 2,8 a 3Kg – bruto com suporte.	382460	UN	137	10	R\$ 665,60	R\$ 91.187,20
33	Fosfatizante para superfície de ferro oxidada, Frasco 500 Mililitro. Indicado e desenvolvido especialmente para remover resíduos de ferrugem e fosfatizar à superfície oxidada de	346045	UN	106	10	R\$ 29,32	R\$ 3.107,92

	metais ferrosos, conferindo uma camada protetiva anticorrosiva e melhorando a ancoragem da tinta de fundo e de acabamento.						
34	Catalisador para tinta poliuretano PU, Lata 300 Mililitro ou quantidade superior	615228	LI	36	5	R\$ 53,43	R\$ 1.923,48
35	Bateria estacionaria 12V/105AH a 115 AH - Bateria Estacionária Alta Capacidade Sistema Eletroquímico: Chumbo-Ácido , Tensão Nominal: 12 VCC, Capacidade Nominal: 115 AH, Dimensões: 330 X 172 X 240 MM, Vida Útil: Mínima De 4 Anos A 25°C , Modelo: Df2000 , Tipo: Selada De Eletrólito Flúido	484161	UN	48	5	R\$ 849,47	R\$ 40.774,56
36	<p>QUARTEL DE TORNEL GIRATÓRIO NAVAL- 1 1/4" C/ ELOS FINAIS GRAU II ACABAM. BETUMINOSO</p> <p>O quartel de tornel giratório naval é um componente essencial do sistema de fundeio, instalado entre a amarra e o ferro (âncora), com a função principal de eliminar torções na corrente durante as operações de lançamento e recolhimento.</p> <p>Trata-se de um conjunto metálico robusto, fabricado em aço carbono forjado de Grau II, com resistência mecânica compatível com amarras de 32 mm (1 1/4"), garantindo adequada capacidade de carga e segurança operacional. O sistema giratório interno permite rotação livre sob carga, evitando o acúmulo de tensões que poderiam comprometer a integridade da amarra. O item possui elos finais integrados, permitindo sua conexão direta com os demais componentes da linha de fundeio, como manilhas e elos Kenter. O acabamento superficial é betuminoso, proporcionando proteção contra corrosão em ambiente marinho, aumentando a durabilidade do equipamento</p>	605866	UN	3	1	R\$ 5.379,34	R\$ 16.138,02
37	<p>MANILHA DE ANCORA D- 1 1/4" GRAU II ACABAM. BETUMINOSO</p> <p>A manilha de âncora tipo "D" é um elemento de ligação estrutural utilizado no sistema de fundeio para conectar a amarra ao ferro ou a outros acessórios, garantindo união segura e desmontável. Fabricada em aço forjado Grau II, possui elevada resistência à tração e ao cisalhamento, sendo dimensionada para uso com correntes de 32 mm (1 1/4"). Seu formato em "D" proporciona maior alinhamento axial das cargas, reduzindo esforços laterais e aumentando a eficiência estrutural. O pino de fechamento é rosqueado ou com trava de</p>	606262	UN	3	1	R\$ 3.575,68	R\$ 10.727,04

	segurança, garantindo que não haja soltura durante operações sob carga dinâmica. O acabamento betuminoso protege contra corrosão.						
38	<p>ELO DE UNIÃO KENTER- 1 1/4" GRAU II ACABAM. BETUMINOSO</p> <p>O elo de união tipo Kenter é um dispositivo utilizado para interligar seções (quartéis) de amarra, permitindo montagem e desmontagem sem necessidade de soldagem. Fabricado em aço forjado Grau II, é projetado para correntes de 32 mm (1 1/4"), garantindo resistência equivalente à dos elos comuns da amarra. Sua construção bipartida permite encaixe mecânico preciso, travado por pino central, formando uma união segura e confiável.</p>	605866	UN	5	1	R\$ 2.088,44	R\$ 10.442,20

**R\$ 3.782.961,44**

VALOR TOTAL DA LICITAÇÃO: O custo estimado total da contratação é de R\$ 3.782.961,44 (Três milhões, setecentos e oitenta e dois mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos), conforme os custos unitários constantes na tabela de descrição da necessidade, elaborada com base nas quantidades estimadas para atendimento às demandas operacionais das Organizações Militares participantes.

**Em caso de divergência entre as descrições e especificações acima constantes do CATMAT e do presente Termo de Referência, prevalecem estas últimas.**

Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s) se encontram no Compêndio dos participantes.

1.1.1 Descrição detalhada do objeto: As especificações técnicas dos objetos encontram-se elencadas no Apêndice B deste Termo de Referência, o qual integra este instrumento para todos os fins, estabelecendo requisitos técnicos mínimos obrigatórios para aceitação dos materiais.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, uma vez que seus padrões de desempenho e qualidade podem ser objetivamente definidos por meio de especificações usuais de mercado, conforme demonstrado no Estudo Técnico Preliminar, nos termos do art. 6º, inciso XIII, da Lei nº 14.133/2021.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de **12 MESES** contados da **ASSINATURA DO TERMO DE CONTRATO**, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme detalhamento a seguir:

**I) ID PCA no PNCP: 00394502000144-0-000094/2026;**

**II) Data de publicação no PNCP: 14/05/2025;**

**III) Id do item no PCA: 23;**

**IV) Classe/Grupo: 6320;**

**V) Identificador da Futura Contratação: 783510-27/2026;**

2.3. Ressalta-se, ainda, que a modelagem da contratação considerou as particularidades do mercado fornecedor, a necessidade de padronização técnica dos materiais e o risco de incompatibilidade entre itens fornecidos por diferentes fabricantes, tendo sido fundamentado nos autos o afastamento da aplicação da cota reservada para microempresas e empresas de pequeno porte, nos termos do art. 49 da Lei Complementar nº 123/2006.

### **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.2. A solução contempla a aquisição de materiais destinados à manutenção preventiva e corretiva dos Auxílios à Navegação, incluindo reposição de itens danificados, manutenção de estoque estratégico mínimo e atendimento a demandas emergenciais, assegurando a continuidade operacional do sistema de balizamento e a segurança da navegação.

### **4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

#### **4.1 Requisitos Técnicos Gerais**

4.1.1 Os licitantes deverão apresentar catálogos, fichas técnicas ou documentos equivalentes que comprovem que os produtos ofertados atendem integralmente às especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência.

4.1.2. A Administração poderá solicitar documentação complementar para verificação da conformidade dos produtos ofertados, inclusive durante a fase de julgamento das propostas ou na etapa de recebimento dos materiais.

4.1.3. A apresentação de catálogos, fichas técnicas e certificações não garante, por si só, a aceitação do produto, podendo a Administração realizar diligências para verificação da conformidade técnica do item ofertado.

4.1.4. O não atendimento às exigências previstas neste item poderá ensejar a desclassificação da proposta ou a rejeição do objeto, conforme o caso.

#### **Sustentabilidade**

4.2. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.2.1. Caso se enquadre nas hipóteses do artigo 20 da Lei nº 12.305, de 2010 (Política Nacional de Resíduos Sólidos), a Contratada deverá elaborar Plano de Gerenciamento de Resíduos Sólidos (PGRS), sujeito à aprovação da autoridade competente. Para a elaboração, implementação, operacionalização e monitoramento de todas as etapas do plano de gerenciamento de resíduos sólidos, nelas incluído o controle da disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos, deverá ser designado responsável técnico devidamente habilitado.

**São proibidas, à Contratada, as seguintes formas de destinação ou disposição final de resíduos sólidos ou rejeitos:**

4.2.1.1. lançamento em praias, no mar ou em quaisquer corpos hídricos;

4.2.1.2. lançamento in natura a céu aberto, excetuados os resíduos de mineração;

4.2.1.3. queima a céu aberto ou em recipientes, instalações e equipamentos não licenciados para essa finalidade; e

4.2.1.4. outras formas vedadas pelo poder público.

4.2.2. A Contratada deverá observar as diretrizes estabelecidas na Lei nº 12.305/2010, relativas à logística reversa e à destinação ambientalmente adequada de resíduos, especialmente no que se refere a baterias, componentes metálicos e demais materiais potencialmente poluentes.

4.2.3. Sempre que técnica e economicamente viável, deverão ser priorizados produtos que apresentem maior durabilidade, resistência às condições do ambiente marinho e menor impacto ambiental ao longo de seu ciclo de vida, em consonância com as diretrizes do Plano Diretor de Logística Sustentável da Marinha do Brasil (PLS-MB).

4.2.4. Só será admitida a oferta de pilhas e baterias cuja composição respeite os limites máximos de chumbo, cádmio e mercúrio estabelecidos na Resolução CONAMA nº 401, de 04 de novembro de 2008, para cada tipo de produto, conforme laudo físico-químico de composição elaborado por laboratório acreditado pelo INMETRO, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03 de setembro de 2012.

4.2.5. Só será admitida a oferta de baterias chumbo-ácido que possuam Selo de Identificação da Conformidade, nos termos da Portaria INMETRO nº 145, de 28 de março de 2022, ou outra norma que venha a substituí-la, quando aplicável ao produto ofertado.

4.2.6. Quando aplicável, as baterias ofertadas deverão possuir certificação de conformidade emitida por organismo acreditado pelo INMETRO, ou outro mecanismo de avaliação da conformidade previsto na regulamentação aplicável, observados os requisitos técnicos vigentes para o produto.

### **Da exigência de amostra**

4.3. Não será exigida apresentação de amostras, tendo em vista que a avaliação da conformidade dos produtos será realizada por meio de análise documental, catálogos técnicos e certificações exigidas neste Termo de Referência.

### **Subcontratação**

4.4. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da contratação**

4.5. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

4.5.1. A administração avaliou que o objeto ora contratado não é complexo e suas contratações serão realizadas de maneira esporádica, desta forma a exigência de garantia contratual poderá restringir a concorrência.

### **Não haverá margem de preferencia conforme justificativa**

4.6. Justifica-se a não aplicação de margem de preferência, uma vez que os itens objeto da contratação, como boias de sinalização náutica, lanternas e materiais de fundeio, possuem especificações técnicas especializadas e não estão contemplados em normativos da CICS que prevejam tal benefício.

4.6.1. Adicionalmente, sua adoção poderia comprometer a competitividade e a obtenção da proposta mais vantajosa, em desacordo com a Lei nº 14.133/2021.

4.7. Quanto à cota reservada, sua aplicação não se mostra vantajosa, pois a contratação de fornecedores distintos para itens interdependentes pode gerar incompatibilidades técnicas e prejuízos à padronização e ao desempenho do sistema.

4.8. Assim, com fundamento no art. 10, inciso II, do Decreto nº 8.538/2015, afasta-se a aplicação de cota reservada e margem de preferência.

## 5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

### Condições de Entrega

5.1. O fornecimento do objeto será realizado de forma parcelada, conforme as necessidades do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços, mediante emissão de nota de empenho, instrumento contratual ou ordem de fornecimento, conforme o caso.

5.1.1. Para fins de execução, cada nota de empenho, instrumento contratual ou ordem de fornecimento será considerada uma parcela autônoma de fornecimento, com quantitativos definidos conforme a demanda efetiva da Administração, observados os limites registrados na Ata de Registro de Preços.

5.1.2. Os bens solicitados em cada parcela deverão ser entregues em remessa única, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, instrumento contratual ou ordem de fornecimento pela contratada.

5.1.3. O cronograma de entregas parceladas observará a seguinte sistemática:

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega	Condição para início
1ª e demais parcelas	Itens e quantidades definidos conforme demanda do órgão gerenciador ou participante, respeitados os quantitativos registrados na Ata	Até 60 dias	Recebimento da respectiva nota de empenho, contrato ou ordem de fornecimento
Parcelas posteriores	Novas solicitações, conforme necessidade operacional, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa	Até 60 dias para cada solicitação	Recebimento da respectiva nota de empenho, contrato ou ordem de fornecimento

5.1.4. Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 20 dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.2. Os bens deverão ser entregues nos endereços das organizações participantes, conforme o "Compêndio dos participantes".

5.2.1. O horário para recebimento dos itens será das 08h00 às 11h30 e das 13h00 às 15h30, durante os dias úteis.

5.3. A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos registrados, os quais representam estimativas de demanda, podendo as aquisições ocorrerem de forma parcial, sucessiva ou eventual, conforme necessidade, disponibilidade orçamentária e autorização competente.

### CRITÉRIOS DE ACEITAÇÃO DO OBJETO

5.4. Os materiais fornecidos serão submetidos à verificação de conformidade com as especificações técnicas constantes neste Termo de Referência e seus anexos.

5.5. A Administração poderá realizar inspeção visual, análise documental, conferência de certificados, bem como testes ou ensaios, quando necessário, para verificação do atendimento aos requisitos técnicos e operacionais.

5.6. Serão rejeitados, no todo ou em parte, os materiais que não atenderem às especificações exigidas, apresentarem defeitos, inconformidades técnicas ou desempenho inferior ao requerido, cabendo à Contratada a substituição no prazo a ser fixado pela Administração, sem ônus adicional.

### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.7. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

5.8. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

5.9. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.

5.10. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até **30 (trinta) dias úteis**, já incluído nesse prazo o tempo necessário para eventual retirada e devolução do bem, a cargo do Contratado.

5.11. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.

5.12. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.

5.13. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.

5.14. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.

5.15. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. A aquisição dos materiais se dará por meio da modalidade de Pregão Eletrônico – Sistema de Registro de Preço.

6.6. O Sistema Registro de Preços para a aquisição dos produtos é regido sob os artigos 82 a 86 da lei nº 14.133 /2021 e decreto nº 11.462, de 31 de março de 2023. A modalidade pretendida confere vantagens para administração pública, podendo ser adquiridos com previsão de entregas parceladas, com o propósito de evitar perdas, ou quando o objeto por sua natureza for de uso indefinido, porém faz-se necessário um planejamento por parte dos gestores, afim de evitar tempestividade de aquisição em caráter emergencial.

6.7. Serão realizados os encaminhamentos conforme amparo legal acima, que seguirá com critérios técnicos quanto a seleção da proposta mais vantajosa para a instituição, ou seja, no melhor preço, desde que atendidos os requisitos técnicos do insumo.

6.8. A avaliação técnica é realizada por equipe dedicada a este fim, com apoio da área requisitante. Deverá atender ao descritivo técnico do item licitado e cumprir com os requisitos de qualidade e funcionalidade. A avaliação poderá ser realizada através da documentação técnica e também por meio de teste de amostras. Lembrando, ainda, que além da qualificação técnica para seleção da proposta, o licitante deverá cumprir com as demais exigências constantes em Edital, onde serão avaliados os pontos: habilitação jurídica, habilitação fiscal, trabalhista e qualificação econômica financeira.

6.9. Após a assinatura do contrato, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.10. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

6.11. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.12. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.13. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.14. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.15. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprezadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.16. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.17. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.18. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.19. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

#### **6.20. Cabe ao gestor do contrato:**

6.20.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.20.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.20.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.20.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.20.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.20.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.20.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de **0,5% (meio por cento)** por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de **60 (sessenta)** dias

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. . Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de **15% (quinza por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.4. Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.5. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de **15% (quinza por cento)** a **30% (trinta por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.6. Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação.

7.2.4.7. Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de **10% (dez por cento)** a **20% (vinte por cento)** do valor da contratação

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de **10 (dez) dias**, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos

pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 60 (sessenta) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 5 (cinco) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 8.12.1. o prazo de validade;
- 8.12.2. a data da emissão;
- 8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 8.12.5. o valor a pagar; e
- 8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

#### **8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:**

- 8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;
- 8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

#### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

#### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar

## **Cessão de Crédito**

8.27. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.29. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 26/01/2026.

8.30. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36. O reajuste será realizado por apostilamento.

## **9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO**

### **Forma de seleção e critério de julgamento da proposta**

**9.1.** O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR ITEM**.

### **Forma de fornecimento**

**9.2.** O fornecimento do objeto será parcelado, não continuado, conforme a necessidade do órgão gerenciador e dos órgãos participantes, durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

**9.3.** Para fins deste Termo de Referência, considera-se fornecimento parcelado aquele realizado mediante solicitações sucessivas da Administração, formalizadas por meio de nota de empenho, instrumento contratual ou ordem de fornecimento, conforme o caso, observados os quantitativos registrados na Ata de Registro de Preços.

**9.4.** Cada solicitação de fornecimento constituirá parcela autônoma, com itens e quantidades definidos conforme a demanda efetiva da Administração, disponibilidade orçamentária e conveniência administrativa.

**9.5.** Os bens solicitados em cada parcela deverão ser entregues em remessa única, no prazo de até 60 (sessenta) dias, contado do recebimento da respectiva nota de empenho, instrumento contratual ou ordem de fornecimento pela contratada.

**9.6.** A existência de preços registrados não obriga a Administração a contratar a totalidade dos quantitativos previstos, os quais constituem estimativa de demanda, podendo as aquisições ocorrerem de forma parcial, sucessiva ou eventual, conforme necessidade administrativa.

### **Exigências de habilitação**

**9.7.** Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### **Habilitação jurídica**

**9.8.** pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

**9.9.** empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

**9.10.** Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

**9.11.** sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de



Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.13. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.14. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.15. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.16. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

9.17. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.18. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.19. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.20. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.21. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.22. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.23. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.24. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

9.25. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.26. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.27. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis **dos dois últimos exercícios sociais**, já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

$$LG = \frac{\text{Ativo Circulante} + \text{Realizável a Longo Prazo}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$SG = \frac{\text{Ativo Total}}{\text{Passivo Circulante} + \text{Passivo Não Circulante}}$$

$$LC = \frac{\text{Ativo Circulante}}{\text{Passivo Circulante}}$$

9.28. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 10% do valor total estimado da contratação.

9.29. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação.

9.30. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.31. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.32. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.33. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

#### Justificativa da exigência de qualificação técnica:

9.34.1. A exigência de comprovação de aptidão técnica justifica-se em razão da especificidade dos bens objeto da contratação, destinados à operação, manutenção, reposição e restabelecimento de Auxílios à Navegação,

em ambiente marítimo sujeito a salinidade, corrosão, intempéries, esforços mecânicos, exposição solar e necessidade de observância de requisitos técnicos de segurança da navegação.

9.34.2. Embora se trate de aquisição de bens comuns, parte dos itens apresenta características técnicas próprias, tais como boias de sinalização náutica, lanternas de sinalização náutica, correntes, tornéis, manilhas, anéis e demais componentes de fundeio, os quais devem possuir resistência, durabilidade, compatibilidade dimensional, capacidade de carga, grau de proteção, autonomia e desempenho compatíveis com as especificações estabelecidas neste Termo de Referência e em seus anexos.

9.34.3. Assim, a apresentação de atestado de capacidade técnica mostra-se necessária e proporcional para demonstrar que o fornecedor possui experiência anterior compatível com o fornecimento de bens similares, reduzindo o risco de entrega de materiais inadequados, incompatíveis ou incapazes de atender à finalidade pública pretendida, sem prejuízo da competitividade do certame.

9.35.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

9.35.1.1. fornecimento anterior de bens similares ou compatíveis com o item disputado, tais como boias de sinalização náutica, lanternas de sinalização náutica, materiais de fundeio, correntes, tornéis, manilhas, anéis, baterias, tintas, ânodos de sacrifício ou outros materiais técnicos destinados a uso marítimo, portuário, naval, industrial ou operacional equivalente;

9.35.1.2. comprovação de que os bens fornecidos possuíam complexidade técnica e operacional compatível com o objeto licitado, especialmente quanto à resistência ao ambiente marítimo, durabilidade, aplicação em sistemas de sinalização, fundeio, ancoragem, alimentação elétrica ou manutenção de equipamentos sujeitos à corrosão, umidade, radiação solar e intempéries, conforme o item pertinente;

9.35.1.3. comprovação de fornecimento em quantitativo mínimo equivalente a 10% do quantitativo estimado para o item pertinente, admitido o arredondamento para a unidade imediatamente superior e o somatório de diferentes atestados, desde que relativos a fornecimentos compatíveis com o objeto.

9.35.2.. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

9.35.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

## **Disposições gerais sobre habilitação**

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 3.782.961,44 (Três milhões, setecentos e oitenta e dois mil, novecentos e sessenta e um reais e quarenta e quatro centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.1 acima**.

10.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

111. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

Natal, RN, na data da assinatura.

---

JEAN HENRY DA SILVA MARTINS

MEMBRO DA EQUIPE DE APOIO

### **13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato**

**A CONTRATAÇÃO SERÁ FORMALIZADA POR MEIO DO TERMO DE CONTRATO**

### **14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA**

**A CONTRATAÇÃO SERÁ FORMALIZADA POR MEIO DO TERMO DE CONTRATO**

### **15. Apêndices**

15.1 São apêndices deste Termo de Referência os documentos abaixo dele sendo parte integrante.

15.1.1 Apêndice A - Especificações Técnicas

15.1.2 Apêndice B - Estudo Técnico Preliminar

15.1.3 Apêndice B2 - Estudo Técnico Preliminar

15.1.4 Apêndice C - Compêndio dos Participantes

## 16. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

**JORGE EDUARDO FRANCO**

Ordenador de Despesa